



## Conferência de Digitação Proposta do Programa

Ano Base 2012

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa: 32001010027P6 - DIREITO

### Objetivos (Visão Geral, Evolução e Tendências)

Em 2011, o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais completou 80 anos.

O Curso de Doutorado, implantado em 1931, por meio do Decreto nº 19.952, é o mais antigo em funcionamento no País. O Curso de Mestrado foi organizado em 1976.

Depois de amplo debate, contanto, inclusive, com a realização de Audiência Pública, o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Direito resolveu proclamar os princípios que deveriam pautar sua conduta e as metas que deveriam ser buscadas em sua atuação, tendo sempre em vista o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020), o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais e os documentos da Área do Direito na CAPES.

O Programa deve guiar suas ações em conformidade com os seguintes princípios: a) Excelência e Liderança; b) Internacionalização; c) Interdisciplinaridade; d) Solidariedade e Integração.

São metas do Programa para os próximos anos: a) Produção intelectual de artigos e livros com qualidade e destaque internacional; b) Realização de atividades de intercâmbio, que evidenciem o reconhecimento do Programa em nível internacional; c) Participação de docentes do Programa como visitantes em programas de instituições de ensino superior estrangeiras; d) Estágio pós-doutoral de docentes do Programa em instituições de ensino superior estrangeiras; e) Recepção de professores visitantes estrangeiros e de professores de outras áreas pelo Programa; f) Intercâmbio de alunos do Programa com instituições de ensino estrangeiras, sobretudo por meio de bolsas-sanduíche; g) Atração de alunos de diferentes regiões do país e de origem estrangeira pelo Programa; h) Oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira; i) Implantação de página do Programa na Internet com versões em inglês e espanhol; j) Participação qualificada de docentes do Programa em conferências, mesas redondas, organização de grupos de trabalho em eventos acadêmicos internacionais de grande relevância para área de Direito e outras áreas afins; k) Captação de recursos pelo Programa de agências de fomento científico de âmbito internacional, bem como de financiamento internacional para as atividades de pós-graduação; l) Participação de docentes do Programa em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional; m) Participação de docentes do Programa em diretorias de associações científicas internacionais; n) Participação em intercâmbios e convênios de cooperação internacional, que estejam ativos e se caracterizem pela reciprocidade entre o Programa e instituições estrangeiras de reconhecimento internacional nas áreas de Direito ou outras áreas afins; o) Participação em projetos de pesquisa envolvendo programas de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras; p) Realização de eventos internacionais com publicação de anais; q) Criação e consolidação de projetos conjuntos com instituições nacionais, bem como a participação ativa dos docentes do Programa em conselhos editoriais nacionais, em conselhos editoriais de periódicos Qualis e em eventos importantes para a área de Direito e outras áreas afins; r) Participação dos docentes do Programa em comitês de área no CNPq, FINEP, CAPES, FAPEMIG e outras agências de fomento nacionais e internacionais; s) Expansão, com qualidade, do número de vagas e de docentes do Programa; t) Adoção de medidas que possam promover e garantir a produtividade dos discentes e docentes do Programa; u) Aprimoramento dos espaços, a fim de melhorar a infraestrutura para o funcionamento do Programa e desenvolvimento de pesquisas; v) Incentivo à oferta de disciplinas por equipes didáticas, inclusive com participação de professores de outros programas de pós-graduação; w) Parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação; y) Realização de Dinter, Minter, Procad e outras formas de associação com instituições de ensino superior, para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação.

Na última Avaliação Trienal (2007/2009), o Programa teve a maioria dos itens considerados como muito bons. Oito itens, no entanto, foram considerados apenas como bons ou regulares.

Destes, três estavam diretamente ligados à composição e ao modo de atuação do Corpo Docente do Programa: a) perfil do corpo docente; b) contribuição dos docentes para atividades de pesquisa na graduação; c) produção técnica.

Outro item, mencionado com destaque, apontava a dificuldade de diálogo de uma das linhas de pesquisa com as demais, o que poderia prejudicar a organicidade da Área de Concentração.

Também foram mencionados como itens tão somente bons ou regulares: a) o planejamento do Programa com vistas ao seu desenvolvimento futuro; b) qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação na produção científica do programa; c) integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa; d) visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.

Levando a sério as dificuldades apontadas, o Programa procurou corrigi-las, dando passos consistentes ao longo de todo o Triênio, como ficou registrado nos relatórios relativos aos anos de 2010 e 2011, e como passaremos a demonstrar a seguir.

#### 1. Composição e modo de atuação do Corpo Docente

De todas as medidas adotadas em 2010, primeiro ano do Triênio, a que trouxe maiores benefícios ao Programa foi a admissão, no Corpo Docente Permanente, de novos professores, com alta produtividade e intensa dedicação à pesquisa.

Em 2011, o Programa continuou sua trajetória de aprimoramento, aprofundamento medidas realizadas no ano anterior e dando novos passos.

Bastante significativa foi a realização do Seminário "O que Esperamos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG", com participação efetiva de docentes e discentes. No evento, ficou decidido que, no processo de aprimoramento do Corpo Docente, não bastava permitir a entrada de novos integrantes. Também era preciso verificar se todos os atuais componentes estavam dispostos a oferecer ao Programa a dedicação própria desse tipo de atuação. E, para fazê-lo, o Colegiado definiu critérios mínimos para que docentes continuassem atuando no Corpo Permanente. Com a aplicação dos critérios, fortemente baseados em produtividade, cinco professores foram transferidos do Corpo Docente Permanente para o Corpo de Colaboradores, devendo ali permanecer somente até que possam ultimar as orientações em curso. Além disso, o Colegiado nomeou uma nova Comissão de Credenciamento e Recredenciamento, dando-lhe a atribuição de elaborar outros critérios para credenciamento e recredenciamento, claros, rigorosos e amplamente baseados em produtividade.

Em 2012, completando a reformulação do Corpo Docente Permanente, o Colegiado aprovou a Resolução 01/2012, estabelecendo novas regras para credenciamento e recredenciamento de Docentes Permanentes.

Desse momento em diante, somente poderão ser credenciados no Corpo Docente Permanente os professores que atenderem aos requisitos



## Conferência de Digitação Proposta do Programa

Ano Base 2012

**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**Programa:** 32001010027P6 - DIREITO

previstos na Resolução 01/2012, disponível no sítio eletrônico do Programa ([www.pos.direito.ufmg.br](http://www.pos.direito.ufmg.br)).

A contribuição de docentes do Programa em atividades de ensino e pesquisa na graduação, que não era pequena, embora mal relatada, cresceu significativamente.

À exceção dos aposentados, em número significativamente pequeno, todos os membros do Corpo Docente Permanente ministraram disciplinas na graduação.

Ao longo do triênio, os membros do Corpo Docente Permanente coordenaram mais de 50 grupos de estudo, orientaram 47 bolsistas de iniciação científica, e orientaram mais de 200 monografias de final de curso, atividades fundamentais na descoberta e na consolidação da vocação acadêmica.

A produção técnica dos docentes do Programa, que não era pequena, embora mal relatada, também cresceu significativamente. Em 2010, foram relatadas 158 produções técnicas; em 2011, 226; e, em 2012, 378.

O Programa ainda cuidou de reduzir significativamente a taxa de endogenia dos integrantes do Corpo Docente Permanente, o que não é simples, uma vez que tem sido tradicionalmente responsável pela formação dos melhores quadros para a educação jurídica em Minas Gerais. Ao longo do triênio, quatro professores concluíram estágios pós-doutorais: Brunello Souza Stancioli (Oxford University, com financiamento da CAPES); José Luiz Borges Horta ("Universitat de Barcelona", com financiamento da CAPES) Sheila Jorge Selim de Sales ("Università degli Studi di Roma - La Sapienza") e Sergio Mourão Corrêa-Lima ("Universidad de Alcalá de Henares", com financiamento da CAPES); dois professores deram início à realização de estágios pós-doutorais: Mariá Aparecida Brochado Ferreira ("Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg", com financiamento da CAPES) e Maria Fernanda Salcedo Repolês (Universidade Federal do Rio de Janeiro, com financiamento do CNPq); e, além disso, foram credenciados, no Corpo Docente Permanente, dois professores com doutorados obtidos em outras instituições de ensino: Thomas da Rosa de Bustamante (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e Túlio Lima Vianna (Universidade Federal do Paraná).

Desde 2011 e até o final do triênio, o Corpo Docente Permanente do Programa contou com 41 professores, sendo três aposentados, quatro no regime de tempo parcial (20 horas semanais) e 34 no regime de tempo integral (40 horas semanais). Merece destaque o fato de que, desses 34 docentes de tempo integral (40 horas semanais), 23 estão no regime de Dedicção Exclusiva.

### 2. Organização das Linhas de Pesquisa

Em 2011, no Seminário "O que Esperamos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG", docentes e discentes do Programa decidiram discutir com profundidade a proposta do Programa, mais especificamente a coerência, a consistência, a abrangência e a atualização da área de concentração, das linhas de pesquisa e dos projetos de pesquisa. Os participantes perceberam que a crítica realizada na Ficha de Avaliação do último triênio, segundo a qual uma das linhas de pesquisa não dialogava suficientemente com as outras duas, deveria ser tomada num sentido ainda mais radical. Os participantes concluíram que as pesquisas efetivamente realizadas no interior do Programa já não correspondiam adequadamente às linhas de pesquisa em vigor, criadas em 2005. Num processo lento e silencioso, novas conexões estavam sendo formadas entre as pesquisas conduzidas pelos docentes e agora era preciso identificá-las e, assim, redesenhar as linhas de pesquisa do Programa.

Para dar conta da tarefa, ainda em 2011, o Programa realizou o Seminário "Redefinindo a Proposta do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG", com ampla participação de docentes e discentes. Nele, cada um dos integrantes do Corpo Docente Permanente falou, pelo período de 10 minutos, sobre os assuntos que estava pesquisando naquele momento e sobre os assuntos que pretendia pesquisar no futuro, elaborando, em seguida, um memorial sobre esses itens. Encerrado o Seminário, tomando como base as apresentações e os memoriais, a Coordenação do Programa redistribuiu os docentes em três núcleos, tendo em vista a conexão dos interesses de pesquisa. Em dias especialmente designados, cada núcleo realizou uma reunião, com participação de discentes e dos docentes nele incluídos. Dessas reuniões, surgiram as propostas de três novas linhas de pesquisa. Ainda em 2011, as novas linhas de pesquisa foram discutidas e aprovadas pelo Colegiado.

No que se refere à configuração das linhas de pesquisa, é preciso destacar que elas não guardam relação com as disciplinas ministradas na graduação ou com os Departamentos em que a Faculdade de Direito da UFMG está dividida. Ao contrário, elas se baseiam na identificação de temáticas comuns a certo número de professores que, por sua natureza, exigem enfoque interdisciplinar.

A primeira Linha de Pesquisa se intitula: Poder, Cidadania e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito. Sua ementa tem o seguinte conteúdo: "Estudo dos fenômenos do poder, estatal, supraestatal e das corporações econômicas, e suas inter-relações, com vistas à consolidação do Estado Democrático de Direito, mesmo em contextos de crise. A linha de pesquisa propõe-se a estudar, por um lado, a proteção da confiança, o autoritarismo estatal e os limites do poder, e, por outro lado, o lastro jurídico das políticas e estratégias de desenvolvimento e inclusão, a construção evolutiva dos direitos fundamentais e a vedação do retrocesso". Seus integrantes são os professores Amanda Flávio de Oliveira, Fabiano Teodoro de Rezende Lara, Florivaldo Dutra de Araújo, Marcelo Andrade Féres, Misabel de Abreu Machado Derzi, Onofre Alves Batista Júnior, Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva, Luiz Augusto Sanzo Brodt, Roberto Luiz Silva, Sergio Mourão Correa Lima e Sheila Jorge Selim de Sales.

A segunda Linha de Pesquisa se intitula: Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito: Fundamentação, Participação e Efetividade. Sua ementa tem o seguinte conteúdo: "Estudo dos discursos, da hermenêutica e dos desafios ligados à efetividade dos direitos humanos no Estado Democrático de Direito, em todos os contextos institucionais em que eles se fazem presentes: legislação, administração, proteção judicial, mediação, processos de negociação, entre outros destacando-se a participação social na sua fundamentação e nos processos de efetivação desses direitos". Seus integrantes são os professores Adriana Campos Silva, Adriana Goulart de Sena Orsini, Antonio Gomes de Vasconcelos, Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes, Daniela de Freitas Marques, Fabiana de Menezes Soares, Felipe Martins Pinto, Fernando Gonzaga Jayme, Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, Iara Menezes Lima, Mariá Aparecida Brochado Ferreira, Maria Helena Damasceno e Silva Megale, Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau e Thomas da Rosa de Bustamante.

A terceira Linha de Pesquisa se intitula: História, Poder e Liberdade. Sua ementa tem o seguinte conteúdo: "A linha articula as interfaces entre os saberes jurídicos e humanísticos, reposicionando os debates acerca dos fundamentos históricos e políticos do Direito e de seus desdobramentos, à luz de novos marcos fortemente interdisciplinares. Propõe resgatar a História como espaço de reflexão sobre a pessoa humana, o Direito e o Estado, ao tempo em que busca recuperar a dialética entre personalidade e cidadania, história e razão, reconhecimento e trabalho, identidade e coletividade, tradição e crítica". Seus integrantes são os professores Andityas Soares de Moura Costa Matos, Antônio Álvares da Silva, Brunello Souza Stancioli, Daniela Muradas Reis, Giordano Bruno Soares Roberto, Joaquim Carlos Salgado, José Luiz Borges Horta, Karine Salgado, Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, Maria Fernanda Salcedo Repolês, Miracy Barbosa de Sousa Gustin, Mônica Sette Lopes, Renato César Cardoso,



## Conferência de Digitação Proposta do Programa

Ano Base 2012

**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**Programa:** 32001010027P6 - DIREITO

Ricardo Henrique Carvalho Salgado, Sérgio Luiz Souza Araújo e Túlio Lima Vianna.

Assim, dando continuidade à reforma iniciada em 2005, o Programa manteve uma única Área de Concentração, denominada Direito e Justiça, por entender que ela continua plenamente apta a abranger a totalidade das pesquisas realizadas em seu interior. As três linhas de pesquisa, completamente reformuladas, encontram-se perfeitamente ligadas à Área de Concentração e adequadamente articuladas entre si. As novas linhas de pesquisa e os novos projetos de pesquisa ganharam muito em atualidade, obtendo melhores chances de contribuir com os mais importantes desafios nacionais.

Em relação às disciplinas, merece destaque o fato que, desde 2005, à exceção de duas obrigatórias, Teoria da Justiça e Metodologia da Pesquisa em Direito, todas as demais são de ementa, conteúdo e bibliografia variáveis. Além disso, é preciso frisar que todos os professores do Programa podem ministrar quaisquer de suas disciplinas. Essas características têm garantido a coerência das disciplinas ofertadas com as necessidades de formação e investigação das linhas de pesquisa e dos projetos de pesquisa, além da possibilidade de dar conta de temas que estão na ordem do dia. Ao longo de todo o triênio em curso, os professores estiveram atentos à necessidade, apontada na Ficha de Avaliação, de indicar adequadamente o subtítulo e a bibliografia das disciplinas ofertadas.

A permanência de Latim como disciplina optativa atende a duas dimensões da UFMG que a distinguem de outras instituições de ensino: a primeira, a presença, nos quadros da Faculdade de Letras, de latinistas e classicistas respeitados entre os melhores do mundo, com invejável produção intelectual e disposição em colaborar com o Programa de Pós-Graduação em Direito; a segunda, a meta em desenvolvimento na UFMG no sentido de torná-la um genuíno centro de saberes críticos e jusfilosóficos, onde a tradição tenha espaço real, ao lado da crítica da contemporaneidade. Por isso, nossa Graduação em Direito, que nos exige docentes com sólidas bases, tanto possui História do Direito quanto Direito Romano, em uma Casa que pretende harmonizar diferenças, garantindo a solidez dos saberes clássicos, aliada à sensibilidade social da crítica contemporânea do Direito e do Estado.

### 3. Planejamento do Programa com vistas ao seu desenvolvimento futuro

Em relação ao planejamento do Programa com vistas ao seu desenvolvimento futuro, seis medidas podem ser mencionadas.

A primeira se refere ao Planejamento Estratégico do Programa. Em 2012, o Colegiado nomeou Comissão de Planejamento Estratégico. Depois de amplos debates, contando inclusive com a realização de Audiência Pública, o Colegiado aprovou documento intitulado de "Princípios e Metas do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG", disponível no sítio eletrônico do Programa. O referido documento servirá como ponto de partida do Planejamento Estratégico que o Programa pretende elaborar. Aprovado o documento, o Colegiado decidiu criar a Comissão Permanente de Planejamento, com um representante de cada linha de pesquisa, com o objetivo de indicar e acompanhar a execução de metas mais específicas.

A segunda se refere à realização de diagnósticos sobre produção intelectual, internacionalização, visibilidade e acompanhamento de egressos. Os relatórios, produzidos com ampla participação discente, estão disponíveis no sítio eletrônico do Programa. Acredita-se que o conhecimento rigoroso de como o Programa se comportou em relação a esses itens, ao longo do último triênio, será muito útil para o trabalho da Comissão Permanente de Planejamento.

A terceira se refere à escolha do Eixo Transversal de Reflexão do Triênio 2013/2015. Em 2011, a Coordenação apresentou à Comunidade Acadêmica a ideia de indicar um tema anual para servir de ponto de encontro para a reflexão de docentes e discentes e para ampliar o diálogo entre as linhas de pesquisa. Em 2012, o Colegiado nomeou a professora Misabel de Abreu Machado Derzi para propor o tema de pesquisa do ano de 2013. Depois de estudos aprofundados, a professora propôs o tema "Combate à Pobreza", em razão de sua relevância nos planos regional, nacional e internacional, e de sua centralidade para a compreensão da relação entre Direito e Justiça, fator que une as linhas de pesquisa e a Área de Concentração do Programa. Ao apreciar o assunto, o Colegiado resolveu dar maior amplitude à proposta e escolheu "Combate à Pobreza" como Eixo Transversal de Reflexão do Triênio 2013/2015.

A quarta se refere à decisão de realizar grandes eventos internacionais sobre "Combate à Pobreza" em todos os anos do próximo Triênio. Para dar andamento aos trabalhos, o Colegiado nomeou Comissão Organizadora, presidida pela professora Cristiana Fortini. A Comissão já definiu que o evento internacional sobre "Combate à Pobreza", em 2013, acontecerá entre os dias 20 e 22 de novembro, na Faculdade de Direito da UFMG, com conferencistas nacionais e internacionais e apresentação de artigos em grupos de trabalho.

A quinta se refere à apresentação de projeto no âmbito do Programa de Apoio aos Cursos Cinco, Seis e Sete PACCSS, realizado em parceria pela CAPES e pela FAPEMIG. O PACCSS disponibiliza ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG recursos da ordem de R\$300.000,00, para utilização no triênio 2013/2015. Entre as atividades previstas no projeto, estão o apoio aos eventos internacionais sobre Combate à Pobreza, a edição de livros resultantes de pesquisas apresentadas nesses mesmos eventos e a realização de 24 visitas técnicas a universidades estrangeiras, nos anos de 2013 e 2014, com o objetivo de criar ou consolidar redes internacionais de pesquisa.

A sexta se refere à realização do "II Encontro de Pesquisa em Direito da UFMG", fruto de parceria entre o Programa de Pós-Graduação e o Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Direito. O evento, que acontecerá entre os dias 21 e 25 de outubro de 2013, integra as atividades da "Semana UFMG Conhecimento e Cultura". Nele, além de palestras e minicursos, haverá oito grupos de trabalho, para apresentação de artigos, com ligação direta com as linhas de pesquisa do Programa.

### 4. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação na produção científica do programa

Em relação à qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação na produção científica do programa, algumas observações devem ser realizadas.

A qualidade das Teses e Dissertações, marca distintiva do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, tem sido positivamente afetada pela reforma das Linhas de Pesquisa. Em primeiro lugar, porque os trabalhos de conclusão possuem mais aderência às linhas de pesquisa em que estão inseridos, visto que estas refletem com maior fidelidade as pesquisas efetivamente realizadas no Programa. Em segundo lugar, porque os trabalhos contribuem com mais efetividade para o enfrentamento dos desafios nacionais, visto que as novas linhas de pesquisa passaram por considerável atualização. Evidentemente, com a reformulação das linhas de pesquisa feita no curso do triênio, alguns trabalhos, defendidos nesse intervalo, ainda refletem as linhas anteriores. Uma vez que os dois processos seletivos realizados em 2012, com o ingresso de 27 doutorandos e 67 mestrandos, já se basearam integralmente nas novas linhas de pesquisa, tem-se como consolidada a reforma empreendida, o que proporcionará aderência sempre crescente dos trabalhos defendidos ao longo do próximo triênio.



## Conferência de Digitação Proposta do Programa

Ano Base 2012

**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**Programa:** 32001010027P6 - DIREITO

No que refere à participação da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação na produção científica do Programa, é preciso registrar que os resultados, tradicionalmente positivos, melhoraram significativamente ao longo do triênio. Em relação a trabalhos completos publicados em periódicos, em 2010, foram relatados apenas três com participação discente. Em 2011, 23. Em 2012, 69. A produção discente em livros e capítulos de livro também é bastante significativa.

5. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa

Em relação ao tema da integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, podem ser mencionadas quatro iniciativas, exemplificativamente.

Sem nenhuma dúvida, a de maior repercussão é o início do DINTER (Doutorado Interinstitucional) com a UNIFAP (Universidade Federal do Amapá). Em 2011, o Colegiado do Programa decidiu apresentar proposta de DINTER, com a finalidade de concorrer para a redução das assimetrias regionais na oferta de cursos de Pós-Graduação em Direito. Ainda em 2011, o Programa recebeu convite para entabular negociações com oito instituições de ensino. Para organizar os trabalhos, o Colegiado decidiu que somente iria analisar propostas que preenchessem dois requisitos: a) formulação por instituição pública; b) formulação por instituição localizada em área de atendimento prioritário, de acordo com as diretrizes da CAPES. Aplicados os critérios, foram previamente selecionadas as seguintes instituições: UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), UFS (Universidade Federal de Sergipe) e UNIFAP (Universidade Federal do Amapá). Em seguida, o Programa convidou as instituições selecionadas para que apresentassem memorial descritivo de seu interesse, de suas necessidades e de sua infraestrutura. Para selecionar a instituição receptora, depois de amplo debate, o Colegiado decidiu adotar o critério do maior índice de assimetria e não o da existência de melhores condições para executar o projeto. Aplicado o critério, o Colegiado decidiu propor o DINTER com a UNIFAP, uma vez que o Estado do Amapá não possui nenhum programa de Mestrado em Direito e a Região Norte possui apenas um Doutorado em Direito, sediado na UFPA (Universidade Federal do Pará). Concluído o Processo Seletivo, os 12 doutorandos em Direito já têm orientadores definidos. As aulas estão previstas para começar no 1º Semestre de 2013.

Também merece destaque a criação do Fórum dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação de Minas Gerais, em reunião realizada na sede do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, com a presença dos coordenadores dos programas da UFMG, da PUC/MG, da Faculdade de Direito Milton Campos, da Universidade FUMEC, da Faculdade de Direito do Sul de Minas e da Escola Superior Dom Helder Câmara. Na ocasião, o professor Giordano Bruno Soares Roberto, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, e o professor Carlos Alberto Rohrmann, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Milton Campos, foram eleitos, respectivamente, presidente e secretário do Fórum. No 1º Semestre de 2012, o Fórum realizou, na Faculdade de Direito da UFMG, o Seminário "Desafios e Perspectivas da Publicação na Área do Direito". No 2º Semestre de 2012, em Ouro Preto, o Fórum realizou o Seminário "Desafios e Perspectivas da Internacionalização na Área do Direito". No final de 2012, o professor Leonardo Macedo Poli, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/MG, e o professor Elcio Rezende Nacur, Coordenador do Mestrado em Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara, foram eleitos, respectivamente, presidente e secretário do Fórum. Em 2012, o Fórum promoveu a publicação da coletânea "Fundamentos Críticos do Pensamento Jurídico-Filosófico", coordenada pelo professor Andityas Soares de Moura Costa Matos, reunindo textos de docentes e discentes de vários programas de pós-graduação em Direito de Minas Gerais. Atualmente, o Fórum conta com a participação de todos os dez programas de Pós-Graduação em Direito de Minas Gerais.

A terceira iniciativa, indicada como exemplo, é a Pesquisa Binacional Cidade e Alteridade, realizada em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, o Mestrado em Direito da Universidade de Itaúna e o CES (Centro de Estudos Sociais), da Universidade de Coimbra.

A quarta iniciativa é a realização do "I Encontro de Pesquisa em Direito da UFMG", em outubro de 2012, aberto à participação de pesquisadores de outras instituições. O Encontro gerou a publicação de oito coletâneas, derivadas dos grupos de trabalho, com textos de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, e de pesquisadores dos programas de pós-graduação em Direito da Universidade FUMEC, da Universidade de Itaúna, da Faculdade de Direito Milton Campos, da Faculdade de Direito do Sul de Minas, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Federal de Santa Catarina. O conteúdo integral das coletâneas está disponível no sítio eletrônico do Programa.

6. Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.

Em relação à visibilidade e à transparência, seis iniciativas devem ser mencionadas.

A primeira se refere à disponibilização do conteúdo integral das teses e dissertações defendidas no Programa, tanto em nosso próprio sítio eletrônico, quanto na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG. Para evitar dúvidas futuras, o Programa passou a incluir nos editais de seus processos seletivos a seguinte cláusula: "Ao final do curso, a dissertação ou tese produzida pelo aluno será incorporada à produção intelectual do Programa, e como tal disponibilizada na íntegra, em sítio na Internet". Atualmente, o Programa conta, ao todo, com 20 teses e 65 dissertações disponibilizadas na Biblioteca Digital e também em seu próprio sítio eletrônico. Das 25 teses e 94 dissertações defendidas no triênio 2010/2012, o Programa já disponibiliza 18 teses e 63 dissertações. Recentemente, o Programa firmou termo de cooperação com a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG, com o objetivo de disponibilizar o conteúdo integral de todas as teses e dissertações produzidas no Programa entre 2000 e 2010.

A segunda é a disponibilização, no sítio eletrônico do Programa, das atas das reuniões do Colegiado, permitindo que todos os interessados possam conhecer o conteúdo das decisões ali realizadas.

A terceira é a inclusão de "link" para o Lattes de todos os professores integrantes do Corpo Docente do Programa, bem como para "home pages" de professores, medidas elementares, mas úteis para facilitar o acesso à informação.

A quarta é a criação e a frequente utilização do perfil oficial do Programa no Twitter (@posdufm), importante rede social de difusão de notícias.

A quinta é a realização de duas sessões do evento intitulado de "Bate-Papo sobre Processo Seletivo", sempre nos momentos anteriores aos certames, com apresentação, pela Coordenação do Programa e pela Comissão Organizadora, de explicações sobre os editais e esclarecimentos de dúvidas. Nas duas ocasiões, a Sala da Congregação da Faculdade de Direito ficou repleta de interessados, em sua maioria, externos à Comunidade Acadêmica da UFMG.



## Conferência de Digitação Proposta do Programa

Ano Base 2012

**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**Programa:** 32001010027P6 - DIREITO

A sexta é a indicação, no sítio eletrônico do Programa, de dados relativos aos pedidos de reconhecimento de títulos obtidos no exterior, com informações sobre nome do requerente, título do trabalho, instituição de procedência e resultado.

### Integração com a Graduação (Benefícios Recíprocos da Integração, Normas e Resultados)

Na Faculdade de Direito da UFMG, a intensidade da integração entre Pós-Graduação e Graduação fica evidenciada, principalmente, pelos seguintes aspectos: a) número de professores do Programa que ministram aulas na Graduação; b) número de grupos de estudo coordenados por professores do Programa; c) número de orientações de iniciação científica, monitoria e elaboração de monografia de final de curso realizadas por professores do Programa; d) número de ações e programas de extensão realizados sob coordenação de membros do Corpo Docente Permanente do Programa; e) número de Estágios Docência conduzidos em sede do Programa.

Ao longo do triênio, à exceção dos aposentados, em número significativamente pequeno, todos os membros do Corpo Docente Permanente do Programa ministraram disciplinas na graduação.

Nesse período, estiveram em funcionamento, com participação de alunos da graduação e da pós-graduação, sob coordenação de professores do Corpo Docente Permanente do Programa, mais de 50 grupos de estudo, entre os quais: A Condição do Escravo no Brasil no Séc. XIX: entre Pessoa e Coisa (Brunello Souza Stancioli), Pessoa e Corpo (Brunello Souza Stancioli), A Contribuição de Recaséns Siches e François Géný para a Hermenêutica e os Direitos Fundamentais (Mariá Brochado), A Proteção Social dos Refugiados no Brasil (Daniela Muradas Reis), Análise Econômica do Direito (Fabiano Teodoro de Rezende Lara), Constitucionalismo e Democracia nas Revoluções (Marcelo Andrade Catonni de Oliveira), Contratos Administrativos (Cristiana Fortini), Corte Internacional de Justiça (Roberto Luiz Silva), Direito Ambiental Internacional (Roberto Luiz Silva), Direito Civil (Giordano Bruno Soares Roberto), Direito da Defesa Comercial Internacional (Amanda Flávio de Oliveira), Direito da Guerra (Adriana Campos Silva), Direito Eleitoral (Adriana Campos Silva), Direito Empresarial (Marcelo Andrade Féres e Sérgio Mourão Corrêa-Lima), Direito Internacional Comercial (Roberto Luiz Silva), Dogmática e Política Criminal (Luis Augusto Sanzo Brodt), Hermenêutica Filosófica e Epistemológica (Maria Helena Damasceno e Silva Megale), História do Direito (Giordano Bruno Soares Roberto), Justiça Restaurativa (Adriana Goulart de Sena Orsini), Matrizes do Pensamento Político Moderno (Maria Fernanda Salcedo Repolês), Melhoramentos Humanos: Direito Fundamental? (Brunello Souza Stancioli), Metodologia do Ensino (Giordano Bruno Soares Roberto e Adriana Goulart de Sena Orsini), Neoconstitucionalismo, Argumentação e Ciência do Direito (Thomas da Rosa de Bustamante), O Brasil e a Organização Mundial do Comércio (Roberto Luiz Silva), O Sistema Jurídico Penal à Luz da Constituição de 1988 (Felipe Martins Pinto), Observatório para Qualidade da Lei (Fabiana de Menezes Soares), Pensamento Jurídico Contemporâneo (Thomas da Rosa de Bustamante), Poder e Cidadania (Karine Salgado), Políticas de Segurança Criminal: Estratégias e Práticas da Sociedade de Controle (Sheila Jorge Selim de Sales), Por um Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas (Adriana Campos Silva), Processo Civil (Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau), Recursos Cíveis (Fernando Gonzaga Jayme), Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça (Adriana Goulart de Sena Orsini), Retórica e Oratória (Renato César Cardoso), Teoria da Argumentação Jurídica (Iara Lima Menezes), Teoria da Argumentação Jurídica, Racionalidade do Discurso Jurídico e Ciência do Direito (Thomas da Rosa de Bustamante), Teoria do Reconhecimento (Marcelo Andrade Catonni de Oliveira).

Ao longo do triênio, membros do Corpo Docente Permanente do Programa orientaram 47 bolsistas de iniciação científica e mais de 200 monografias de final de curso.

Nesse período, foram realizadas, com participação de alunos da graduação e da pós-graduação, sob coordenação de professores do Corpo Docente Permanente do Programa, mais de 120 ações de extensão, devidamente registradas no Sistema de Informações de Extensão da UFMG. No mesmo período, estiveram em funcionamento os seguintes programas de extensão, coordenados por professores do Corpo Docente Permanente: Divisão de Assistência Judiciária (Felipe Martins Pinto), Polos de Cidadania (Maria Fernanda Salcedo Repolês, Adriana Goulart de Sena Orsini e Miracy Barbosa de Sousa Gustin), Paidéia Jurídica (Mariá Aparecida Brochado Ferreira), Por um Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas: Possibilidades e Obstáculos (Adriana Campos Silva), Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça (Adriana Goulart de Sena Orsini).

Para a Graduação, a interação com a Pós-Graduação produz inúmeros benefícios. Os alunos tem a oportunidade de entrar em contato com a produção de ponta realizada por seus professores, o que direciona a formação de novos pesquisadores, muitos dos quais seguem carreira acadêmica e fazem Mestrado e Doutorado em diversos Programas do País.

Para a Pós-Graduação, a interação com a Graduação produz inúmeros benefícios, tais como a possibilidade de receber alunos com maior qualificação e experiência em pesquisa.

### Estágio de Docência ( do pós-graduando junto aos alunos de graduação)

Ao longo do triênio, foram realizados aproximadamente 65 estágios de docência de alunos do Programa, sob supervisão de professores do Corpo Docente Permanente do Programa, com atividades realizadas no curso de Direito e também no curso de Ciências do Estado, criado em decorrência da adesão da UFMG ao Programa REUNI.

### Infra-estrutura

#### Laboratório

O Programa de Pós-Graduação mantém laboratório de informática, para uso exclusivo dos pós-graduandos.

A Faculdade de Direito disponibiliza acesso à internet sem fio em todas as suas dependências, o que permite que os pós-graduandos também possam acessar a rede com seus próprios equipamentos, tanto em sala de aula, quanto na Biblioteca.

#### Biblioteca

A Biblioteca da Faculdade de Direito ocupa, aproximadamente, 2.060 m<sup>2</sup>, divididos em seis andares, com duas salas para estudo em grupo e dois



## Conferência de Digitação Proposta do Programa

Ano Base 2012

**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**Programa:** 32001010027P6 - DIREITO

salões com mesas para estudo individual. A Biblioteca abriga o Museu do Livro Raro Jornalista Assis Chateaubriant, espaço destinado a conservar a Biblioteca do Embaixador e Jornalista Assis Chateaubriant e parte do acervo das bibliotecas dos fundadores da Faculdade Livre de Direito. A Biblioteca também abriga a Memória Intelectual da Faculdade de Direito, que contém um exemplar de cada livro publicado pelos professores da casa, as revistas editadas pela Faculdade, e um exemplar de cada tese e dissertação defendidas no Programa de Pós-Graduação em Direito. A Biblioteca possui aproximadamente 35.250 títulos e 61.870 exemplares de livros catalogados, além de aproximadamente 16.000 títulos e 20.000 exemplares do Museu do Livro Raro Jornalista Assis Chateaubriant. Em relação aos periódicos, possui 475 títulos de periódicos estrangeiros, sendo 86 correntes e 389 não correntes, 846 títulos de periódicos nacionais, sendo 257 correntes e 591 não correntes, perfazendo um total de 1296 títulos de periódicos. Os usuários também podem acessar o Portal CAPES, que possui mais de 730 títulos de periódicos na área de Direito, além de milhares de outros em áreas correlatas.

Ainda é preciso frisar que a UFMG possui sistema unificado de Bibliotecas, facultando ao usuário do Programa de Pós-Graduação em Direito o acesso a aproximadamente 1.000.000 de exemplares.

A Faculdade de Direito também disponibiliza o acesso gratuito ao "Hein Online", a maior base de dados jurídicos do mundo. Por meio dele, o usuário tem acesso a aproximadamente 1.600 títulos de periódicos, totalizando mais de 38.000 volumes e mais de 23 milhões de páginas.

### **Recursos de Informática**

Além do acesso à internet sem fio, bem como ao Portal CAPES e ao "Hein Online", já mencionados, deve-se registrar que o sistema de informações acadêmicas da Pós-Graduação é eletrônico, permitindo aos alunos a realização de consultas e requerimentos.

### **Outras Informações**

As atividades administrativas do Programa de Pós-Graduação em Direito ocupam um andar inteiro, incluindo sala de reuniões do Colegiado, sala da coordenação, sala da secretaria, sala da secretaria geral, arquivo, e sede da Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP).

O Programa também dispõe de oito salas de aula de uso exclusivo.

Na Faculdade de Direito, o Programa tem a sua disposição um auditório grande (aproximadamente 450 lugares), três auditórios médios (aproximadamente 100 lugares cada) e duas salas multimídia (60 lugares cada), 20 salas de aula para uso compartilhado com os cursos de graduação.

Além disso, o Programa tem acesso a inúmeros equipamentos e mecanismos de apoio disponibilizados pela UFMG, tais como um auditório para 1.200 lugares, a TV UFMG, a Rádio UFMG, a Imprensa Universitária, as Livrarias Universitárias, os Restaurantes Universitários e a Editora da UFMG.

Também é preciso registrar que mais da metade dos professores do Corpo Docente Permanente do Programa possui gabinete individual de pesquisa, equipado com computador, impressora, mesa de trabalho, mesa de reuniões e estantes para livros. Além disso, na sede do Programa, há um computador e uma impressora exclusivamente reservados para o uso dos docentes.

### **Atividades Complementares (Atividades dos Docentes fora do âmbito do Programa)**

Atividades dos docentes fora do âmbito do Programa:

Adriana Campos Silva. Coordenadora Geral do Projeto "Por Um Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas: Possibilidades e Obstáculos", desenvolvido com financiamento do Ministério da Justiça.

Adriana Sena. Juíza Titular da 35ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Integrante do Comitê Gestor Nacional da Conciliação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Professora da ENAMAT - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho do TST.

Amanda Flávio de Oliveira. Diretora da Faculdade de Direito da UFMG.

Andityas Soares de Moura Costa Matos. Diretor da Revista Brasileira de Estudos Políticos. Membro da Sociedade Brasileira de Retórica. Membro da RIES - Rede Internacional de Estudos Schmittianos. Sócio da ABRAFI - Associação Brasileira de Filosofia do Direito.

Antônio Álvares da Silva. Membro do "Instituto Latinoamericano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social".

Antônio Gomes de Vasconcelos. Juiz Titular da 5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Idealizador e cofundador do Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista (art. 625-H, CLT). Membro do Grupo de Trabalho instituído pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), por meio da Portaria 36/2011, para realizar estudos e apresentar propostas de medidas relativas à criação da Rede Nacional de Cooperação Judiciária.

Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes. Membro do Conselho Científico do Instituto de Hermenêutica Jurídica.

Brunello Souza Stancioli. Consultor nos periódicos "Journal of Medical Ethics" e "Philosophy & Technology". Conselheiro no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG. Conselheiro na Câmara de Pesquisa da UFMG. Membro do Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo FAFICH/UFMG, programa transdisciplinar e interinstitucional conduzido pelo IEAT-UFMG.

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva. Controladora Geral do Município de Belo Horizonte.

Daniela de Freitas Marques. Juíza de Direito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Daniela Muradas Reis. Professora Visitante na "Università degli Studi di Roma Tor Vergata". Diretora de Integração Acadêmica da "Asociacion



## Conferência de Digitação Proposta do Programa

Ano Base 2012

**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**Programa:** 32001010027P6 - DIREITO

Latinoamericana de Abogados Laboralistas".

Felipe Martins Pinto. Diretor Geral da Divisão de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito da UFMG. Primeiro Secretário do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Coordenador do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais em Minas Gerais.

Fernando Gonzaga Jayme. Advogado. Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFMG.

Florivaldo Dutra de Araújo. Procurador da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves. Juiz Titular da 34ª Vara de Belo Horizonte, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

José Luiz Borges Horta. Professor Visitante na "Facultat de Filosofia" da "Universitat de Barcelona".

Luis Augusto Brodt. Presidente da Comissão designada pelo Instituto de Ciências Penais (Minas Gerais) para elaborar sugestões relativas ao novo Código Penal.

Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Membro do Conselho Científico do Instituto de Hermenêutica Jurídica. Membro do Instituto Brasileiro de História do Direito. Membro da Associação Brasileira de Filosofia do Direito e Sociologia do Direito. Membro da Diretoria do Grupo de Estudo sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (associação - e rede - internacional de pesquisadores criada a partir de convênio entre o Curso de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça). Consultor da CAPES. Membro das Comissões de Avaliação de Pedidos de Novos Cursos junto à Representação da Área do Direito na CAPES. Consultor do CNPq.

Marcelo Andrade Féres. Procurador Federal de Categoria Especial, da Advocacia-Geral da União.

Mariá Aparecida Brochado Ferreira. Coordenadora Geral do Núcleo de Estudos Paideia Jurídica.

Maria Fernanda Salcedo Repolês. Coordenadora Geral do Programa Polos de Cidadania.

Miracy Barbosa de Sousa Gustin. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D. Conselheira do Conselho de Ética do Estado de Minas Gerais. Integrante do Conselho Científico do Observatório da Justiça Brasileira, criado pela Portaria 823, do Ministro de Estado da Justiça. Conselheira do Conselho do Parque Tecnológico de Belo Horizonte. Consultora ad hoc da FAPEMIG Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia. Membro do Comitê de Assessoramento de Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Direito, Relações Internacionais e Sociologia (CA-CS) do CNPq, com um mandato de 03 (três) anos, correspondente ao período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2013. Conselheira do Conselho Estadual de Educação, integrante da Câmara de Ensino Superior.

Misabel de Abreu Machado Derzi. Advogada. Membro do Conselho Editorial da "Revue Française des Finances" e da Revista Brasileira de Estudos Políticos.

Monica Sette Lopes. Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Produtora e apresentadora do programa Direito é Música, transmitido pela Rádio UFMG e pela Rádio Justiça.

Onofre Alves Batista Júnior. Membro da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais. Procurador-Chefe da Procuradoria de Tributos e Assuntos Fiscais.

Renato César Cardoso. Membro da "International Neuroethics Society".

Roberto Luiz Silva. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Avaliador Institucional e de Cursos do INEP/SINAES/MEC.

Sergio Luiz Souza Araujo. Consultor ad hoc do Ministério da Educação, avaliador do Conselho Estadual de Educação - CEE-MG, avaliador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), consultor ad hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Membro do Conselho de Curadores da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sergio Mourão Corrêa Lima. Advogado. Indicado pelo governo Brasileiro como expert para o mecanismo de solução de controvérsias do Mercosul, Membro do Conselho Científico da "European Community Studies Association". Árbitro do CBMA - Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem. Membro do "International Chamber of Commerce".

Sheila Jorge Selim de Sales. Consultora ad hoc do CNPq.

Thomas da Rosa de Bustamante. "Honorary Lecturer" na "University of Aberdeen", Reino Unido.

Túlio Lima Vianna. Conselheiro suplente no Comitê Gestor da Internet no Brasil, eleito como representante da comunidade científica e tecnológica.

### Trabalhos em Preparação (Produção Bibliográfica, Técnica e Artística relevante e de longa duração)

Produção bibliográfica:

Estão em preparação, entre outras, as seguintes produções bibliográficas: a) da professora Amanda Flávio de Oliveira, o artigo "L'État et l'économie de marché aujourd'hui", aceito para publicação no volume 54, de 2013, de "Cahiers de Droit" (Québec, Canadá); b) da professora Fabiana de Menezes Soares, o artigo "L'enseignement du droit et les nouvelles technologies: sommes nous prêts pour un enseignement / apprentissage en réseau ? Le cas d'un plan pilot sur l'enseignement de la Légistique", aceito para publicação no volume 54, de 2013, de "Cahiers de Droit" (Québec, Canadá); c) do professor Fernando Gonzaga Jayme, o artigo "O Reexame Necessário no Processo Civil Brasileiro: um Mal Desnecessário", aceito para publicação na Revista de Processo; e o artigo "Análisis de la Constitucionalidad de la Legitimación de un Partido Político en la Acción de Mandato de Seguridad", aceito para publicação na "Revista Estudios Constitucionales" (Chile); d) do professor Bernardo Gonçalves Fernandes, a 5ª



## Conferência de Digitação Proposta do Programa

Ano Base 2012

**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**Programa:** 32001010027P6 - DIREITO

edição do Curso de Direito Constitucional, no prelo, com lançamento previsto para 2013; e) da professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin, a 4ª edição de (Re)Pensando a Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática, no prelo, com lançamento previsto para 2013; f) do professor Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, a 2ª edição de Processo Constitucional, no prelo, com lançamento previsto para 2013; e o livro Constitucionalismo e Teoria do Estado: Ensaio de História e Teoria Política, no prelo, com lançamento previsto para 2013; g) do professor Túlio Lima Vianna, o livro Garantismo Penal no Brasil: Estudos em Homenagem a Luigi Ferrajoli, no prelo, com lançamento previsto para 2013.

Técnica:

Das produções técnicas em preparação, além do "II Encontro de Pesquisa em Direito da UFMG" e do "Seminário Internacional sobre Combate à Pobreza", já mencionados, merecem destaque outros dois eventos também previstos para 2013. O primeiro é o "XXVI Congresso Mundial de Filosofia do Direito e Filosofia Social" da "Internationale Vereinigung für Rechts- und Sozialphilosophie (IVR)", a ser realizado pela primeira vez no Brasil, entre os dias 21 e 27 de julho de 2013, na UFMG. O evento, que é bienal, congrega os maiores especialistas em Filosofia do Direito. A edição atual já conta com inscritos de 42 nacionalidades diferentes. As edições mais recentes foram realizadas em Frankfurt (Alemanha), Pequim (China), Cracóvia (Polônia), Granada (Espanha) e Lund (Suécia). O segundo é o "Congresso Internacional Justiça de Transição nos 25 Anos da Constituição Brasileira de 1988", a ser realizado na Faculdade de Direito da UFMG, entre 23 a 25 de maio de 2013. O evento, que será realizado conjuntamente com a VII Reunião do IDEJUST - Grupo sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição, conta com o apoio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e já obteve financiamento da CAPES, do CNPq e da FAPEMIG.

### Intercâmbios Institucionais (Atividades Conjuntas e Sistemáticas do Programa com seus Congêneres)

Atividades conjuntas e sistemáticas com outros Programas.

Além da criação do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Direito de Minas Gerais, merece destaque a realização da Pesquisa Binacional Cidade e Alteridade, em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, com o Mestrado em Direito da Universidade de Itaúna e o CES (Centro de Estudos Sociais) da Universidade de Coimbra, Portugal.

### Auto Avaliação - Em quais pontos o programa precisa melhorar

Entre os pontos em que o Programa precisa melhorar, quatro poderiam ser mencionados aqui, exemplificativamente. O primeiro é ampliação do quadro de servidores técnico-administrativos, para que seja possível prestar atendimento mais qualificado aos públicos interno e externo. O segundo é o aumento da qualificação de discentes e docentes do Programa para o correto preenchimento de seus currículos na Plataforma Lattes, para dar mais visibilidade e transparência às atividades realizadas. O terceiro é a consolidação das redes nacionais e internacionais de pesquisa já existentes e a criação de novas redes, para que a totalidade do corpo docente esteja envolvida em trabalhos de colaboração com instituições nacionais e estrangeiras. O quarto é o aumento do intercâmbio de discentes no Programa, tanto para ampliar a recepção de alunos de outras instituições e de outros países, quanto para ampliar o envio de nossos alunos para estágios em outras instituições e em outros países.

### Auto Avaliação - Pontos Fortes do Programa

Os pontos fortes do Programa são os seguintes:

Ao longo de todo o triênio, o Programa deu passos intencionais, planejados, consistentes e bem-sucedidos na correção de todas as dificuldades apontadas na Ficha de Avaliação do Triênio 2007/2009.

Os ajustes realizados permitem a adequada visualização dos quatro pontos mais fortes do Programa e das tendências de aprimoramento de cada um deles.

O primeiro ponto forte do Programa é o seu desempenho diferenciado no que diz respeito à produção intelectual. Em todos os anos do Triênio, o Programa contou com publicações em periódicos classificados em A ou B1, além de elevado número de livros e capítulos com características de L4. Tais publicações estão bem distribuídas entre os membros do Corpo Docente Permanente.

Em relação a esse item, a tendência é de aprimoramento tanto da produção intelectual quanto da sua divulgação. A produção tende a se aprimorar principalmente como resultado da reforma das linhas de pesquisa, hoje, sem dúvida, muito mais coerentes entre si e em face da Área de Concentração, e muito mais consentâneas com as necessidades atuais de pesquisa e reflexão. A divulgação da produção intelectual tende a se aprimorar principalmente em razão do melhor conhecimento, entre docentes e discentes, dos documentos da Área do Direito na CAPES e, especialmente, do sistema de avaliação de periódicos. O aprimoramento desse aspecto fica evidente com a verificação de que, em 2010, primeiro ano do Triênio, algo em torno de 60% dos artigos científicos dos professores do Corpo Docente Permanente foram publicados em periódicos Qualis C; em 2011, o percentual caiu para algo em torno de 50%; e, em 2012, para algo em torno de 25%. E igualmente pelo fato de que os docentes do Programa, de modo intencional e crescente, têm dirigido sua produção intelectual para periódicos localizados nos estratos superiores.

O segundo ponto forte do Programa é o seu papel de liderança na Área do Direito. De acordo com a primeira versão do trabalho de acompanhamento de egressos, disponível no sítio eletrônico do Programa, dos doutores formados nos últimos 30 anos (1963/2012), mais de 200 atuam em instituições de ensino superior, sendo que aproximadamente 120 em instituições públicas e 30 em instituições de localizadas em outros Estados da Federação. Destes, mais de 100 atuam no Corpo Docente Permanente de programas de Pós-Graduação em Direito, sendo que aproximadamente 60 em programas localizados em instituições públicas e 20 programas localizados em outros Estados da Federação. Também é significativo mencionar que há doutores formados pelo Programa atuando no Corpo Docente Permanente de 24 diferentes programas de Pós-Graduação em Direito, localizados em 10 diferentes Estados da Federação e no Distrito Federal; que há doutores formados pelo Programa em todos os 10 programas de Pós-Graduação em Direito do Estado de Minas Gerais; que doutores formados pelo Programa respondem por parte significativa do Corpo Docente Permanente dos quatro programas de Pós-Graduação em Direito da Região Metropolitana de Belo Horizonte: 22 no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/MG, 10 no Mestrado em Direito da Faculdade de Direito Milton Campos, seis no Mestrado em Direito da Universidade FUMEC e quatro no Mestrado em Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara; que doutores formados no Programa coordenam importantes programas de Pós-Graduação em Direito, entre os quais o da PUC/MG (Leonardo Macedo Poli), o da FDV (Daury César Fabriz), o da UFRJ (Juliana Neuenschwander Magalhães) e o da UnB (Argemiro Cardoso Moreira Martins). Além da formação de quadros para o ensino do Direito, na Graduação e na Pós-Graduação, a liderança do Programa também pode ser percebida a partir de sua interação com outras instituições e da participação de seus docentes em entidades científicas nacionais, em conselhos editoriais de periódicos científicos e nos mais importantes





## Conferência de Digitação Proposta do Programa

Ano Base 2012

**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**Programa:** 32001010027P6 - DIREITO

eventos da Área.

Em relação a esse item, a tendência é de evolução. Inicialmente, em razão do início do trabalho de acompanhamento de egressos. Nessa primeira fase, foram levantadas informações sobre os egressos do doutorado com titulação obtida no triênio (2010/2012), na década (2003/2012) e nos últimos 30 anos (1983/2012), somente com base em dados disponibilizados na Plataforma Lattes, e apenas em relação às atividades exercidas junto às instituições de ensino. Nas próximas fases, pretende-se levantar informações também sobre egressos do mestrado, mediante a utilização de outros mecanismos, entre os quais, o contato direto com o ex-aluno, abrangendo não apenas a carreira acadêmica, mas a atuação em outras profissões jurídicas. Imagina-se que esse trabalho possa contribuir para a correção de falhas, possibilitando a crescente melhoria da inserção profissional de nossos egressos. Além do início do trabalho de acompanhamento de egressos, a recente reforma das linhas de pesquisa também indica a tendência de ampliação do papel de liderança do Programa na Área do Direito, uma vez que possibilita a investigação, organizada e colaborativa, dos mais importantes temas da agenda nacional.

O terceiro ponto forte do Programa é a sua inserção internacional. Para além de relacionamentos episódicos, o Programa mantém vínculos consolidados com instituições internacionais de alto padrão de excelência, tais como a Universidade de Coimbra, em Portugal; a Universidade Laval, em Québec, no Canadá; a Universidade de Roma Tor Vergata, na Itália; a Universidade de Barcelona, na Espanha; e as universidades de Oxford e de Aberdeen, no Reino Unido. Em relação a cada uma das instituições mencionadas, o intercâmbio gerou produtos significativos no último Triênio. Com a Universidade de Coimbra, a Pesquisa Binacional Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana, com financiamento do CNPq e da FAPEMIG, gerou, entre outros produtos, o I Seminário Internacional "Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana, realizado na Faculdade de Direito da UFMG, além de relatórios de pesquisa, com participação dos professores Miracy Barbosa de Sousa Gustin, Lara Menezes Lima, Adriana Goulart de Sena Orsini e Maria Fernanda Salcedo Repolés. Com a Universidade Laval, contando com financiamento do Governo do Canadá e da FAPEMIG, o intercâmbio gerou a realização das Jornadas de Estudos Jurídicos Brasil/Canadá, com uma sessão em Belo Horizonte e outra em Québec, a criação de uma rede de pesquisa envolvendo docentes e discentes de ambas as instituições, além de relevantes publicações. Em Québec, apresentaram trabalhos os professores Adriana Goulart de Sena Orsini, Amanda Flávio de Oliveira, Fabiana de Menezes Soares, Monica Sette Lopes e Thomas da Rosa de Bustamante. Com a Universidade de Roma Tor Vergata, o Programa realizou intenso intercâmbio de docentes e discentes. Durante o ano de 2011, por meio do Programa PVE/CAPES, o Programa recebeu um Professor Visitante Estrangeiro daquela instituição, o Professor Doutor Giancarlo Perone, que ministrou disciplina e coordenou grupo de estudos. Em parceria com a mesma instituição, o Programa ofereceu, de 2010 a 2012, o Curso Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho, na modalidade de Especialização, com a participação de 23 alunos, cujos trabalhos de conclusão foram apresentados em Belo Horizonte e em Roma. Com a Universidade de Barcelona, o intercâmbio gerou o "I Colóquio Macrófilosófico, com o tema Giro Cultural: Perspectivas Contemporâneas", realizado em novembro de 2012, na Faculdade de Direito da UFMG, com participação de professores do Programa e também da Universidade de Barcelona. Além disso, o professor José Luiz Borges Horta foi recebido como Professor Visitante na Faculdade de Filosofia da Universidade de Barcelona (2010/2011). Em Oxford, Brunello Souza Stancioli foi "Academic Visitor" no "Uehiro Centre for Practical Ethics", entre maio de 2011 e março de 2012. Em Aberdeen, o professor Thomas da Rosa de Bustamante atua como "Honorary Lecturer". Também é importante mencionar que, ao longo do Triênio, com financiamento da CAPES, doutorandos do Programa realizaram estágio nas universidades de Harvard (Estados Unidos da América), Paris 1, Panthéon-Sorbonne (França), Paris 7, Diderot (França), Nova de Lisboa (Portugal) e Köln (Alemanha). Em relação à participação de docentes do Programa em eventos internacionais importantes, merecem destaque a apresentação do professor Brunello Stancioli no Seminário promovido pelo "HeLEX" ("Centre for Health, Law and Emerging Technologies"), em Oxford; do professor Thomas Bustamante na Mesa Redonda sobre "Theoretical Post-Positivism" na Universidade de Edimburgo; da professora Daniela Muradas Reis no "Colloquio Italia-Brasile: una Riflessione Comparata sul Diritto del Lavoro", em Roma; além da apresentação de trabalho pelos professores Andityas Soares de Moura Costa Matos, José Luiz Borges Horta, Mônica Sette Lopes e Thomas da Rosa de Bustamante no "XXV Congresso Mundial de Filosofia do Direito e Filosofia Social" da IVR, realizado em Frankfurt, Alemanha, em 2011.

Em relação a esse item, a tendência é de aprimoramento. Inicialmente, porque as redes de pesquisa formadas com as instituições acima indicadas prometem o aumento contínuo do trânsito de docentes e discentes, além do crescimento, em quantidade e qualidade, dos produtos originados. Além disso, o plano de realizar, na execução do Programa de Apoio aos Cursos Cinco, Seis e Sete (CAPES/FAPEMIG), 24 visitas técnicas a universidades estrangeiras, em 2013 e 2014, permitirá a criação de novas redes internacionais de pesquisa em Direito, concorrendo, igualmente, para a ampliação da inserção internacional do Programa.

O quarto ponto forte do Programa é o seu constante cuidado com inserção social e solidariedade, de que são provas consistentes o apoio na criação do Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Direito de Minas Gerais e a aprovação do DINTER com a UNIFAP (Universidade Federal do Amapá). Com a primeira iniciativa, o Programa decide colaborar com outros programas com menor grau de desenvolvimento, além de programas recentemente incluídos no sistema, contribuindo para o fortalecimento e a expansão da pós-graduação em Direito em Minas Gerais. Com a segunda iniciativa, o Programa contribui imediatamente para a formação de doutores em Área considerada pela CAPES como de atendimento prioritário e, em médio prazo, para a expansão da pós-graduação em Direito na Região Norte.

Em relação a esse item, a tendência também é de aprimoramento, tanto pela ampliação e diversificação das atividades do Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Direito de Minas Gerais, proporcionada pelo amadurecimento da associação, quanto pela maior possibilidade de colaborar com instituições de ensino jurídico localizadas na Região Norte, proporcionada pela fixação de uma base de atuação na Universidade Federal do Amapá.

A somatória dos ajustes realizados com os pontos tradicionalmente fortes concede adequadas condições ao Programa de contribuir com os mais importantes desafios da pós-graduação em Direito no Brasil.

### Ensino a Distância

Não.

### Outras Informações

A preparação dos dados utilizados no relatório contou com a colaboração voluntária dos pós-graduandos Aline Rose Barbosa Pereira, David Francisco Lopes Gomes, Iaçanã Lopes de Rezende e Paula, Philippe Oliveira de Almeida, Juliano dos Santos Calixto, Natália de Souza Neves, Nathane Fernandes da Silva, Raphaela Borges David, Roberto Chateaubriand Domingues e Sandrelise Gonçalves Chaves. A versão preliminar do relatório foi enviada aos 41 professores do Corpo Docente Permanente do Programa e recebeu várias sugestões de aprimoramento.



## Conferência de Digitação

### Proposta do Programa

Ano Base 2012

**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**Programa:** 32001010027P6 - DIREITO

### Críticas/Sugestões

#### Críticas e sugestões sobre o aplicativo Coleta de Dados

A principal deficiência do aplicativo está ligada ao fato de que as informações nele inseridas ficam acessíveis apenas às coordenações de curso e, periodicamente, aos avaliadores. Espera-se que a implantação da Plataforma Sucupira permita o mais amplo acesso às informações do sistema brasileiro de pós-graduação.

#### Críticas e sugestões sobre a Avaliação

Tendo em vista a urgente necessidade de promover a expansão, com qualidade, do sistema brasileiro de pós-graduação, diminuindo, ao mesmo tempo, as assimetrias regionais, sugerimos à CAPES e, mais especificamente, à Área do Direito, a realização de discussões sobre a possibilidade de rever a pontuação destinada ao item inserção social.

### Produções mais Relevantes

#### Produções Bibliográficas

##### Nome da produção

La inexistencia de razas y los Derechos Humanos

Tendências e Perspectivas do Direito Administrativo - Uma visão da Escola Mineira

Análise econômica do Direito do Consumidor em períodos de recessão. Uma abordagem a partir da Economia Comportamental

O argumentum ad absurdum na interpretação do direito: seus usos e significado normativo

Independência ou Sorte? Ensaio de História Constitucional do Brasil

#### Produções Técnicas

##### Nome da produção

12º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT

Regulamento do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça - PRUNART-UFMG

Revista Brasileira de Estudos Políticos n. 105

Introdução da negociação coletiva no serviço público de Minas Gerais

Parecerista no processo de seleção de artigos da Revista Direito GV

##### Autor

Sérgio D. J. Pena

Onofre Alves Batista Júnior

Amanda Flávio de Oliveira

Thomas da Rosa Bustamante

Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira

##### Autor

Adriana Goulart de Sena Orsini

Antônio Gomes de Vasconcelos

Andityas Soares de Moura Costa Matos

Maria Coeli Simões Pires

Daniela de Freitas Marques

#### Solidariedade:

Como já ficou registrado, a solidariedade do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG pode ser evidenciada em duas iniciativas principais. A primeira é a criação do Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Direito de Minas Gerais, que concorre para o fortalecimento e a expansão da Pós-Graduação em Direito em Minas Gerais. A segunda é a aprovação do DINTER com a UNIFAP (Universidade Federal do Amapá), que contribui imediatamente para a formação de doutores em Área considerada pela CAPES como de atendimento prioritário e, em médio prazo, para a expansão da Pós-Graduação em Direito na Região Norte.

#### Nucleação:

O Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG tem contribuído para a formação de muitos centros de pesquisa. De acordo com o trabalho de acompanhamento de egressos, mencionado anteriormente, dos doutores formados nos últimos 30 anos (1963/2012), mais de 200 atuam em instituições de ensino superior, sendo que aproximadamente 120 em instituições públicas e 30 em instituições de localizadas em outros Estados da Federação. Destes, mais de 100 atuam no Corpo Docente Permanente de programas de Pós-Graduação em Direito, sendo que aproximadamente 60 em programas localizados em instituições públicas e 20 programas localizados em outros Estados da Federação. Também é significativo mencionar que há doutores formados pelo Programa atuando no Corpo Docente Permanente de 24 diferentes programas de Pós-Graduação em Direito, localizados em 10 diferentes Estados da Federação e no Distrito Federal; que há doutores formados pelo Programa em todos os 10 programas de Pós-Graduação em Direito do Estado de Minas Gerais; que doutores formados pelo Programa respondem por parte significativa do Corpo Docente Permanente dos quatro programas de Pós-Graduação em Direito da Região Metropolitana de Belo Horizonte: 22 no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/MG, 10 no Mestrado em Direito da Faculdade de Direito Milton Campos, seis no Mestrado em Direito da Universidade FUMEC e quatro no Mestrado em Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara; que o mais recente programa de Pós-Graduação em Direito do Estado de Minas Gerais, o da Universidade Federal de Juiz de Fora, cujo APCN foi aprovado em 2012, tem quatro doutores formados pelo Programa no Corpo Docente Permanente; que doutores formados no Programa coordenam importantes programas de Pós-Graduação em Direito, entre os quais o da PUC/MG (Leonardo Macedo Poli), o da FDV (Daury César Fabriz), o da UFRJ (Juliana Neuenschwander Magalhães) e o



## Conferência de Digitação Proposta do Programa

Ano Base 2012

---

**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**Programa:** 32001010027P6 - DIREITO

---

da UnB (Argemiro Cardoso Moreira Martins). Com a implantação do DINTER com a UNIFAP (Universidade Federal do Amapá), projeta-se a criação de um importante núcleo de pesquisa em Direito na Região Norte.

**Visibilidade:**

Em relação à visibilidade, como já ficou dito, merecem destaque a crescente disponibilização do conteúdo integral das teses e dissertações defendidas no Programa, tanto em nosso próprio sítio eletrônico, quanto na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG; a disponibilização, no sítio eletrônico do Programa, de todas as atas das reuniões do Colegiado; a inclusão, no sítio eletrônico do Programa, de link para o Lattes de todos os professores integrantes do Corpo Docente, bem como para páginas pessoais de professores; a criação e a frequente utilização do perfil oficial do Programa no Twitter ([posfdufmg](#)); a realização do evento intitulado de Bate-Papo sobre Processo Seletivo, sempre nos momentos anteriores aos certames, com apresentação, pela Coordenação do Programa e pela Comissão Organizadora, de explicações sobre os editais e esclarecimentos de dúvidas; e a divulgação de todos os dados relativos aos pedidos de reconhecimento de títulos obtidos no exterior.